



INFORMES DE BASE

"Todo o conteúdo publicado neste espaço (IB) é de inteira responsabilidade da entidade de base que o assinar. A FASUBRA se exime de qualquer responsabilidade pelo conteúdo publicado neste espaço".

Técnicos em Assuntos Educacionais em tempos de pandemia: invisibilidade de uma carreira sem projeto

A crise sanitária mundial deflagrada pelo contágio do novo coronavírus tem exigido de sujeitos, coletivos e comunidades de todos os países, reorganização de formas de sobrevivência em tempos de confinamento social e empobrecimento econômico. Relações sociais e de trabalho têm buscado se adequar às novas exigências, asseverando crises já existentes e produzindo outras. Os tempos são de sobressaltos, incertezas e dúvidas sobre o que virá. Em todas as dimensões da vida.

Enquanto a crise do novo coronavírus contribui para asseverar um ambiente de indefinição para o trabalho e para o emprego, tanto para trabalhadores da iniciativa privada quanto para trabalhadores do serviço público, a existência de algumas carreiras é colocada em xeque nesse contexto de incerteza. Postos de trabalho serão mantidos? Reorganizados? As lutas sindicais terão seu coro fortalecido pelas bases, na defesa e valorização de trabalhadores que assistem à progressiva diminuição de seus direitos, desconsiderando que esses direitos foram conquistados, duramente, por lutas históricas?

No caso dos trabalhadores do serviço público, será possível resistir a uma campanha difamatória, alinhada com a imprensa tradicional e o capital? Uma campanha que desvaloriza o trabalho dos servidores públicos, minimiza sua importância para a sociedade e, ainda, responsabiliza os salários que são pagos a eles por uma suposta "quebra" do Estado? Uma campanha contraditória que ao mesmo tempo: clama, legitimamente, por melhor oferta de serviços públicos acreditando que isso seja possível com trabalhadores precarizados e em número insuficiente para atender as dimensões continentais do país.

Uma campanha igualmente contraditória por exigir, legitimamente, por moralidade na aplicação de recursos públicos sem exigir, na mesma medida, explicações sobre os números da dívida pública que seguem sem auditoria. Situação que, em consequência da dívida, reverte mais da metade dos recursos provenientes de impostos para o seu pagamento, deixando para o país investimentos parcos em saúde, educação, infraestrutura, meio-ambiente, entre outros.

Além disso, será possível resistir ao desmonte do Estado, mesmo numa situação de pandemia em que fica notória a necessidade de o Estado socorrer a todos os cidadãos que, nesse momento, se veem desprotegidos e a mercê da própria sorte? Será possível resistir a esse quadro caótico sob bandeiras que tem pregado reforma administrativa, diminuição de salários, mais perdas trabalhistas, entre outras estratégias de semear o medo, a divisão e a insegurança durante e pós pandemia?

Todos esses elementos integram o contexto e se refletem no mundo do trabalho. Assim, eles impactam o desenvolvimento das pessoas de todas as profissões, em todos os níveis da atividade produtiva, como acontece também no caso do Técnico em Assuntos Educacionais,

que em meio à pandemia vê agravadas antigas crises não resolvidas relacionadas à sua função, asseveradas pelo contexto de crise sanitária e trabalho remoto. Esse profissional integra carreira do serviço público federal e está presente em todas as universidades públicas brasileiras. Integra o PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005.

O PCCTAE inclui entre os seus princípios que os servidores técnico-administrativos das universidades federais estão submetidos à “natureza do processo educativo, função social e objetivos do Sistema Federal de Ensino”, além da “dinâmica dos processos de pesquisa, de ensino, de extensão e de administração” (art. 3º da lei 11.091). Isso significa que essas carreiras não são alheias aos propósitos da universidade pública. Ao contrário, são carreiras que existem para participar da promoção e concretização das suas finalidades e são integradas por profissionais necessários e fundamentais para o trabalho desenvolvido. Infelizmente, muitas vezes, esses trabalhadores se tornam invisíveis no cotidiano das instituições, situação que se agrava em momentos de crise como esse.

No caso do Técnico em Assuntos Educacionais, a descrição sumária de suas atribuições deixa claro que se trata de uma função de nível superior, para formados em pedagogia e demais licenciaturas, com perfil essencialmente de assessoramento pedagógico a ser desenvolvido junto às atividades fins da universidade: ensino, pesquisa e extensão. Ou seja, são cargos integrantes de uma carreira técnica, mas com essência de trabalho pedagógico, proposta de atuação muito parecida com o mesmo perfil de assessoramento pedagógico que é desenvolvido pelos coordenadores pedagógicos que atuam na Educação Básica.

Em tese se tratam de propostas de atuações parecidas, mas com grandes distâncias entre o que de fato é realizado nos dois níveis de ensino. No Ensino Superior Público brasileiro não há tradição nem reconhecimento formal da necessidade de assessoramento pedagógico, conforme analisa a Professora Maria Isabel da Cunha, uma das principais pesquisadoras do tema no país, em trabalho desenvolvido em 2014.

Impera a descontinuidade e a falta mesmo de políticas desse âmbito nas instituições de nível superior, pois muitas vezes existem resistências, desvalorização e não reconhecimento das ciências da educação como conhecimentos necessários para desenvolver o processo educativo nesse nível de ensino. Em algumas situações, o estranhamento chega a ser expresso com superioridade, afirmando que assessoramento pedagógico “é coisa de escolinha básica”.

Infelizmente, esse pensamento é reforçado pela própria LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente, ao produzir uma contradição. Por um lado a lei inclui coordenadores pedagógicos da Educação Básica na mesma carreira dos docentes desse nível de ensino (art. 61 LDB 9394/96), reafirmando e valorizando a natureza do trabalho de ambos, e por outro, indica que para atuar na docência do Ensino Superior o requisito é a formação para a pesquisa, omitindo-se quanto a necessidade de conhecimentos mínimos das ciências da educação para desenvolver a função.

Ora, se para desenvolver o processo educativo no Ensino Superior, tarefa legítima desempenhada pelos docentes desse nível de ensino, não são necessários conhecimentos das ciências da educação, porque haveria a necessidade de assessoramento pedagógico então? É nesse contexto que sobrevive o Técnico em Assuntos Educacionais da universidade pública brasileira: invisibilidade de uma carreira sem projeto, que durante a pandemia vê agravada sua situação de finalidade indefinida na universidade pública.

De forma geral esses profissionais são, muitas vezes, subutilizados e ignorados no desenvolvimento de atividades de complexidade superior. Na grande maioria, acabam realizando atividades de menor complexidade, normalmente relacionadas a procedimentos administrativos que vigoram nos diferentes espaços da universidade. Em geral têm uma excelente qualificação, com mestrado e doutorado em suas áreas, mas permanecem realizando atividades desproporcionais à uma carreira de nível superior, que em termos salariais chega a ser compatível com a carreira de docentes doutores iniciantes.

Por integrarem a carreira de técnico-administrativos, o que, infelizmente, é visto por muitos como carreira hierarquicamente inferior à carreira docente, e não apenas como carreiras diferentes, são, muitas vezes, ignorados e não chamados a participar de processos de elaboração, discussão, planejamento de questões relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, mesmo com qualificação e experiência para tal. Em síntese, são profissionais que passam 20, 30 anos na universidade, numa carreira sem projeto, que compromete dia-a-dia a sua saúde mental.

Mas há exceções. Casos pontuais que buscam romper com essa lógica. Como já foi dito, boa parte dos servidores públicos que atuam nessa função desenvolvem atribuições administrativas, com pouco ou quase nenhum contato com questões pedagógicas que se desenvolvem no ensino, pesquisa ou extensão. Outra parte desses profissionais, integrantes de estruturas organizacionais como pró-reitorias e outras equivalentes, conseguem estar mais próximos de questões pedagógicas, mesmo que seja numa perspectiva teórica, distante de onde se concretiza a relação educativa.

Também existem aqueles Técnicos em Assuntos Educacionais que, pela excelência da sua formação e experiência, atuam em altos cargos de gestão nas universidades, como forma de reconhecimento à sua trajetória profissional. E, ainda, existe um último grupo, esse menor, constituído daqueles que resistem ao modelo em vigência nas universidades e por isso travam lutas solitárias e desgastantes em suas instituições, corroendo sua subjetividade e saúde mental, na busca por exercer seu papel de assessoramento pedagógico onde ele de fato é mais necessário: junto à relação educativa. Eles lutam contra uma estrutura universitária que os ignora e isola, não dá ouvidos às suas análises, minimiza suas preocupações, não legitima sua participação no debate pedagógico, se incomoda com os questionamentos que promove e segue reproduzindo a cultura organizacional.

Afinal: há saídas para a atuação desses profissionais nas universidades públicas? Sua finalidade de assessoramento pedagógico é requerida pelo contexto atual do Ensino Superior? Ou trata-se de mais uma função a ser extinta num cenário de reforma que precisa ser debatido, amplamente, pela sociedade? A leitura da realidade indica que as respostas a esses questionamentos podem estar ancorados no projeto de universidade pública que será implementado pelo país nos próximos anos.

Considerando que a universidade pública, gratuita, de qualidade vai resistir ao contexto do desmonte e da pandemia, pela luta de técnico-administrativos, estudantes, docentes e demais cidadãos brasileiros que reconhecem a relevância social da universidade pública, há que se olhar para as entranhas desse espaço consagrado a formação e produção de conhecimento. Será preciso avaliar para fortalecer a universidade pública a partir daí: em que medida ela tem sido uma instituição inclusiva? Ela recebe o estudante e luta pela sua permanência, possibilitando condições para uma aprendizagem de qualidade? Ela se autoavalia, criticamente, e parte daí para elaborar seu planejamento estratégico, especialmente no que diz respeito à dimensão pedagógica? Ela tem aprendido a dialogar com diferentes setores da sociedade e com a diversidade?

Com as respostas a esses questionamentos quem sabe a universidade pública descubra que precisa de toda a ajuda possível para se fortalecer. Quem sabe com a busca das respostas faça sentido contar com um Técnico em Assuntos Educacionais em seus quadros de recursos humanos. Ou torná-los extintos de uma vez. Em ambas as situações é preciso posicionamento das universidades sobre esse problema evidente, incômodo, mas naturalizado como normal. Os invisíveis agradecem.

Walêska Dayse Dias de Sousa – Técnica em Assuntos Educacionais na UFTM e integrante da direção do SINDTTAE – Sindicato dos Técnico-Administrativos em Educação da UFTM